SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEAS/RO

CONCURSO PÚBLICO
Nº 287/2022

Analista em Desenvolvimento Social: Economia

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:

INSTITUTO CONSULPLAN

CARGO: ANALISTA EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL: ECONOMIA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de 01 a 07.

As palavras e nós

A língua é viva e pertence aos usuários. Regras consagradas mudam. A grande questão é que existe um equilíbrio desejável entre a tradição e o uso do Português, por exemplo. Sim, a língua não pertence apenas aos especialistas. É justo supor que ela também não é só minha.

Shakespeare inventou muitas palavras. Algum tradicionalista que invoque os grandes autores do passado, em relação ao Inglês, deveria imaginar que clássicos eram, também, transgressores. Guimarães Rosa era um gênio da composição de termos não dicionarizados ou de usos linguísticos pouco usuais. Difícil saber se o autor do Grande Sertão: Veredas inventava ou apenas registrava oralidades e falas populares mineiras. Quando alguém me diz que temos de imitar os clássicos, sempre imagino que a pessoa saiba pouco da capacidade inventiva e rebelde de escritores de primeira linha.

Devo e posso adaptar os usos da língua ao momento atual. "*Delivery*", abaixo do Equador, não existia há poucos anos. Hoje, é termo necessário. Profetizo vida longa a "*air bag*", "*milk shake*", "*trailer*" e "*shopping center*". Num dia, podem vestir trajes adequados à última flor do Lácio. Assim ocorreu com os termos basquete, iate, uísque e xampu (grafo sem aspas ou itálico, porque eram anglicismos que foram adaptados). Eram convidados com passaporte estrangeiro; hoje, pertencem ao time verde e amarelo.

Os termos de origem francesa ou inglesa interagem sem um debate forte. A língua tropeça quando estamos falando dos novos usos de gênero. Usar o masculino, implicando toda a espécie humana, é norma vigente há séculos. Reconheçamos: a norma nasceu de um mundo patriarcal e misógino. Evita-se o feminino não apenas como prática gramatical, todavia pela exclusão real das mulheres. Gramática tem gênero, ideologia e preconceito. É estranho querer manter uma norma da época de Dom Dinis (1261-1325) lendo um texto no seu *smartphone* contemporâneo. A língua não é de pedra, nem é de vapor. Ela não me pertence; ela não me ignora.

Gosto de usar "todas e todos" para abandonar o invisível do feminino. Não tenho raiva, mas ainda não consigo empregar regularmente "todes". Acho exótico grafar txdxs, deixando o x como incógnita a ser preenchida pela identidade de cada pessoa.

Vamos refletir. Uma pessoa tem raiva porque vê "todes". Alega que isso não existe. Se eu escrevi e alguns usam, existe. Porém, a mesma pessoa não apresenta raiva contra as outras mudanças. Vejamos. "Vossa Mercê" era usado apenas para os reis que concediam benefícios, mercês. O "vós" também era exclusivo de altos aristocratas. No fim da Idade Média, pelo uso, grandes comerciantes passaram a usar Vossa Mercê entre si. Na Idade Moderna, Vossa Mercê reduziu-se para "você". Eclodem formas populares no Brasil como "vosmecê". Claro: o uso do você encontrou vozes contrárias. Avancemos para o mundo da digitação. A forma sem vogais é quase consagrada: "vc".

Que "você" seja uma palavra consagrada sem disputas, mas o uso de "todas e todos" desperte tantos debates é apenas sinal de que os irritados nunca estudaram linguística ou gramática histórica. Volto a dizer: eu estranho "todes".

Em 2050, na prova de Redação no Enem, pode existir uma questão sobre os tempos primitivos quando um grupo impunha o masculino, subentendendo o feminino. Lembre-se disto: pelas normas atuais, Camões não seria aprovado em prova de redação.

(KARNAL, Leandro. As palavras e nós. O Estado de S. Paulo. São Paulo, ano 143, nº. 47115, 16 out., 2022. Cultura & Comportamento, p. C12. Adaptado.)

Questão 01

No texto, o autor

A) estimula o uso da língua que desconsidera a tradição que a precede.
B) explicita, de forma ordenada, a importância dos estudos dos especialistas em língua.
C) caracteriza propriedades distintas da língua, mas que convergem para a harmonia entre tradição e uso.
D) orienta sistematicamente os meios de evitar confrontos entre os que descordam do equilíbrio entre tradição e uso da língua.
E) apresenta, em sequências descritivas, empecilhos que poderiam contribuir para o não reconhecimento de descobertas linguísticas.

Questão 02

De acordo com o texto, no Brasil, os usuários da língua integralizam termos estrangeiros e os novos usos de gêneros

A) de forma pacífica, pois as mudanças históricas que a língua sofre por causa do uso são consensuais.
B) de forma diferente, porque o primeiro caso não implica disputas; já o segundo, provoca discussões ainda sem consenso.
C) analogamente, tendo em vista que se tratam transformações de naturezas distintas, mas embriologicamente semelhantes.
D) com concórdia, uma vez que as transformações da língua são construídas pelos usuários para atender às transformações culturais.
E) com uniformidade de opiniões, pois compreendem que, no primeiro caso, trata-se de variações históricas e, no segundo, de variações socioculturais.

Questão 03

***"[...] existe um equilíbrio desejável entre a tradição e o uso do Português, [...]."* (1º§) O sintagma destacado exerce a mesma função sintática que o sintagma também destacado em:**

A) *"[...] invoque os grandes autores do passado, [...]"* (2º§)
B) *"[...] a língua não pertence apenas aos especialistas."* (1º§)
C) *"[...] a norma nasceu de um mundo patriarcal e misógino."* (4º§)
D) *"[...] era um gênio da composição de termos não dicionarizados [...]"* (2º§)
E) *"Os termos de origem francesa ou inglesa interagem sem um debate forte."* (4º§)

Questão 04

Considerando-se o contexto, o trecho cujo sentido está adequadamente expresso em outras palavras é:

A) *"*[...] *exclusivo de altos aristocratas."* 6º§ = abrange todos aqueles que têm maneiras sofisticadas
B) *"*[...] *eram anglicismos que foram adaptados* [...]*"* 3º§ = tratavam-se de palavras lusófonas adaptadas ao português brasileiro
C) *"*[...] *apenas registrava oralidades e falas populares mineiras* [...]*"* (2°§) = restringia-se a opinar sobre o modo de falar do povo mineiro
D) *"*[...] *composição de termos não dicionarizados* [...]*"* (2º§) = invenção de palavras e/ou expressões não reconhecidas como pertencentes à língua portuguesa
E) *"*[...] *capacidade inventiva e rebelde de escritores de primeira linha."* (2º§) = potencial de autores renomados de, ao mesmo tempo, recriarem e se submeterem à norma padrão vigente

Questão 05

A substituição do elemento destacado pelo pronome correspondente, com os ajustes necessários, NÃO foi feita corretamente em:

A) *"*[...] *pertence aos usuários."* = pertence-lhes
B) *"Shakespeare inventou muitas palavras."* = *Shakespeare* inventou-as
C) *"Devo e posso adaptar os usos da língua ao momento atual."* = devo e posso adaptá-los ao momento atual
D) *"Profetizo vida longa a "air bag", "milk shake", "trailer" e "shopping center."* = profetizo-lhes vida longa
E) *"*[...] *quando um grupo impunha o masculino, subentendendo o feminino."* = quando um grupo impunha-lhe, subentendendo o feminino

Questão 06

Atente para as seguintes afirmações sobre a pontuação empregada no texto.

I. Em *"Eram convidados com passaporte estrangeiro; hoje, pertencem ao time verde e amarelo."*, o uso do ponto e vírgula está adequado, pois separam orações coordenadas que já apresentam vírgula.
II. Em *"Gramática tem gênero, ideologia e preconceito."*, a vírgula foi usada com a mesma finalidade que as vírgulas empregadas neste trecho: *"Assim ocorreu com os termos basquete, iate, uísque e xampu* [...]*."*, no caso, separar os elementos formadores de um termo composto.
III. Em "*Algum tradicionalista que invoque os grandes autores do passado, em relação ao Inglês, deveria imaginar que clássicos eram, também, transgressores.*", a ausência de vírgula antes da palavra "que" implica desvio da norma padrão, uma vez que o sentido da oração é explicativo e não restritivo.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I.
B) II.
C) III.
D) I e II.
E) II e III.

Questão 07

Considerando as figuras de sintaxe, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Em "*Hoje, é termo necessário*.", a ordem dos termos da oração está inversa, caracterizando um hipérbato.
( ) Em "*Ela não me pertence; ela não me ignora*", a ausência de conjunção ligando as duas orações caracteriza um polissíndeto.
( ) Em "*A língua é viva e pertence aos usuários*.", há a omissão de um termo facilmente identificável no contexto, o que caracteriza uma elipse.
( ) Em "*Usar o masculino, implicando toda a espécie humana, é norma vigente a séculos*.", a oração intercalada nesse período caracteriza um anacoluto.

A sequência está correta em

A) F, V, F, V.
B) F, F, V, V.
C) V, V, F, F.
D) V, F, V, F.
E) V, F, V, V.

O excerto contextualiza as questões de 08 a 10.

Num vilarejo da Mancha, de cujo nome não quero lembrar-me, há muito tempo vivia um fidalgo dos de lança em lanceiro, adarga antiga, rocim magro e cão corredor. Uma olha com algo mais de vaca que de carneiro, salpicão na maioria das noites, *duelos y quebrantos* aos sábados, lentilhas às sextas, algum pombinho como prato especial aos domingos consumiam três quartos de sua renda. O restante dela, acabavam-no saio de *velarte*, calças de veludo para os dias santos, com seus pantufos do mesmo pano e nos dias de semana se honrava com sua burelina de mais fina.

(CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. O engenhoso fidalgo D. Quixote da Mancha. Tradução de José Sánchez e Carlos Nougué. São Paulo: Abril, 2010. p. 51.)

Questão 08

Considerando-se o contexto e se fazendo adaptações necessárias, a palavra destacada está adequadamente substituída por um sinônimo em:

A) *"*[...] *rocim magro* [...]*"* = tez
B) *"*[...] *adarga antiga* [...]*"* = escudo
C) *"*[...] *vivia um fidalgo* [...]*"* = plebeico
D) *"*[...] *de lança em lanceiro* [...]*"* = armeiro
E) *"Num vilarejo da Mancha* [...]*"* = mosteiro

Questão 09

Sobre os aspectos textuais desse excerto, analise as afirmativas a seguir.

I. O propósito comunicativo do excerto é descrever aspectos relacionados ao personagem "fidalgo".
II. O excerto é contado por um narrador observador; por isso, ele também é um dos personagens da história.
III. O segundo período do excerto elenca os principais hábitos alimentares do personagem principal da história.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I
B) II.
C) III.
D) I e II.
E) I e III.

Questão 10

"[...] *de cujo nome não quero lembrar-me* [...]" O verbo que está flexionado no mesmo tempo do verbo destacado anteriormente está em:

A) "[...] *há muito tempo* [...]".
B) "[...] *vivia um fidalgo* [...]".
C) "[...] *honrava com sua burelina* [...]".
D) "[...] *acabavam-no saio de velarte* [...]".
E) "[...] *consumiam três quartos de sua renda* [...]".

CONHECIMENTOS GERAIS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão 11

Sobre o processo de urbanização de Rondônia, analise as afirmativas a seguir.

I. O modelo de formação das cidades deu-se, sobretudo, a partir de estratégias estatais, como aquelas conduzidas pelo INCRA, que organizou políticas de acesso à terra e a gestão administrativa dos núcleos urbanos.
II. Com o constante incentivo do Estado e as transformações que ocorriam na Amazônia, Rondônia obteve seu maior aumento populacional nas décadas de 20 e 30 do século XX, período em que obteve um crescimento superior a 250 mil pessoas.
III. A despeito das ações do Estado para incentivar o processo de urbanização de Rondônia, as maiores transformações urbanas da região se deram a partir da iniciativa privada, notadamente na década posterior à Segunda Guerra Mundial.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I.
B) II.
C) III.
D) I e II.
E) II e III.

Questão 12

Sobre os Ciclos da Borracha e sua relação com as populações indígenas, assinale a afirmativa correta.

A) Houve intensa exploração da mão de obra indígena na produção da borracha; todavia, este cenário só ocorreu de fato no primeiro Ciclo da Borracha, ocorrido no fim do século XIX.
B) A mão de obra indígena foi predominantemente escrava e só ocorreu no segundo Ciclo da Borracha, a partir da década de 40 do século XX, quando já não havia mais a oferta de trabalhadores oriundos da região Nordeste do país.
C) Ainda que existisse o interesse na exploração de mão de obra indígena nos Ciclos da Borracha, isso não ocorreu em larga escala, porque já havia grande oferta de trabalho oriunda da migração de nordestinos no princípio do século XX.
D) A mão de obra indígena para a extração da borracha foi empregada principalmente entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, provocando deslocamento de grandes aldeias, incluindo processos migratórios forçados.
E) A mão de obra indígena para a extração de borracha nunca foi considerada importante, porque os povos indígenas apresentavam grande resistência a esse tipo de trabalho, e um grande fluxo migratório, notadamente o nordestino, já se apresentava como principal alternativa.

Questão 13

Sobre a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Obteve participação de mão de obra nordestina e indígena e foi construída entre 1907 e 1912.
B) Obteve forte participação do capital estrangeiro, sendo concluída em 1912, após tentativas de construção que remontam ao final do século XIX.
C) Foi um símbolo do progresso para a época, transportando pessoas e mercadorias e gerando lucro até a década de 80, quando entrou em declínio e foi desativada.
D) Foi um importante elemento de construção da sociedade do estado de Rondônia; é hoje um bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
E) A construção da ferrovia foi concluída em 1912, conectando Porto Velho a Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, sendo um importante elemento da colonização do território amazônico.

Questão 14

Sobre as características dos movimentos migratórios de Rondônia, analise as afirmativas a seguir.

I. O período denominado Ciclo do Ouro, na segunda metade do século XX, foi um importante catalisador do interesse dos migrantes pela região de Rondônia, atraídos pela grande oferta de trabalho e condições favoráveis para se viver.
II. O movimento migratório de Rondônia foi fortalecido pela permanente necessidade da contratação de trabalhadores para construção de ferrovias, como a ferrovia Madeira-Mamoré, processo que abarcou profissionais não apenas do Brasil, mas também de outras nacionalidades.
III. Durante o período da Segunda Guerra Mundial, a partir de uma ação conjunta entre os governos norte-americano e brasileiro para suprir a demanda de borracha na guerra, milhares de trabalhadores migraram para Rondônia, ficando conhecidos como os "soldados da borracha".

Está correto o que se afirma apenas em

A) II.
B) III.
C) I e II.
D) I e III.
E) II e III.

Questão 15

Sobre a criação do estado de Rondônia, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A origem do estado de Rondônia remonta ao desmembramento do estado do Amazonas e do estado do Mato Grosso, no fim do século XIX.
( ) Rondônia foi elevada a um Estado-Membro da União após a promulgação da atual Constituição da República.
( ) Rondônia manteve, até o fim do século XIX, o nome de "Território do Guaporé", passando então a se chamar Território Federal de Rondônia.
( ) Apesar da criação do estado de Rondônia por meio de Lei Complementar, na prática permaneceu sendo um Território Federal até 1992.

A sequência está correta em

A) F, F, F, F.
B) V, F, F, V.
C) F, V, F, F.
D) V, F, V, V.
E) V, V, V, V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

Questão 16

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) define que as ações das três esferas de governo na área de assistência social se realizam de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos programas, em suas respectivas esferas, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Neste âmbito, relacione adequadamente as esferas às suas respectivas competências.

1. Municípios.
2. Estados.
3. União.

( ) Responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no Art. 203 da Constituição Federal.
( ) Estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.
( ) Cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local.
( ) Prestar os serviços assistenciais de que trata o Art. 23 desta Lei.
( ) Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.

A sequência está correta em

A) 3, 2, 2, 1, 1.
B) 2, 2, 2, 1, 3.
C) 3, 1, 2, 1, 1.
D) 1, 2, 2, 1, 3.
E) 3, 2, 1, 2, 1.

Questão 17

A assistência social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia; deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social. Em relação aos princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), analise as afirmativas a seguir.

I. Defesa incondicional da liberdade, da dignidade da pessoa humana, da privacidade, da cidadania, da integridade física, moral e psicológica e dos direitos socioassistenciais.
II. Defesa do protagonismo e da autonomia dos usuários e a recusa de práticas de caráter clientelista, vexatório ou com intuito de benesse ou ajuda.
III. Oferta de serviços, programas, projetos e benefícios públicos gratuitos com qualidade e continuidade, que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais.
IV. Garantia da laicidade na relação entre o cidadão e o Estado na prestação e divulgação das ações do SUAS.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e IV, apenas.
C) II e IV, apenas.
D) II e III, apenas.
E) I, III e IV, apenas.

Questão 18

A Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. De acordo com tal normativa, a proteção social especial de média complexidade compreende os seguintes serviços:

A) Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).
B) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas; Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).
C) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
D) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
E) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos; Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas Famílias; Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Questão 19

Considerando que o auxílio-inclusão está previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), sendo regulamentado pela Lei nº 14.176/2021, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) No prazo de dez anos do auxílio-inclusão será promovida uma revisão.
B) O valor do auxílio-inclusão corresponderá a 50% do valor do Benefício de Prestação Continuada.
C) Ao requerer o auxílio-inclusão, o beneficiário poderá manter o Benefício de Prestação Continuada.
D) Terá direito ao benefício quem recebe o Benefício de Prestação Continuada, e passe a exercer atividade.
E) O recebimento do auxílio-inclusão está condicionado às pessoas que recebem o auxílio de prestação continuada.

Questão 20

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) estabelece disposições gerais em relação ao direito à convivência familiar e comunitária. Em relação a tais disposições, analise as afirmativas a seguir.

I. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família ou em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

II. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada seis meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta.

III. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dezoito meses, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

IV. Na hipótese de não haver a indicação do genitor e de não existir outro representante da família extensa apto a receber a guarda, a autoridade judiciária competente deverá decretar a extinção do poder familiar e determinar a colocação da criança sob a guarda provisória de quem estiver habilitado a adotá-la ou de entidade que desenvolva programa de acolhimento familiar ou institucional.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e IV.
B) II e IV.
C) II e III.
D) III e IV.
E) I, II e III.

Questão 21

De acordo com a Lei Complementar nº 68 – Regime Jurídico dos Servidores do Estado de Rondônia, Art. 28, "o Servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de dois anos, com o objetivo de avaliar seu desempenho visando a sua confirmação ou não no cargo para o qual foi nomeado". Em relação ao estágio probatório, analise as afirmativas a seguir.

I. O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no Art. 35.

II. O servidor em estágio probatório não poderá ser cedido para ocupar cargo em comissão, podendo ficar suspensa sua avaliação caso não cumpra a vigência, a critério do órgão cedente.

III. São requisitos básicos a serem apurados no estágio probatório: I – assiduidade; II – pontualidade; III – disciplina; IV – capacidade de iniciativa; V – produtividade; VI – responsabilidade.

IV. Nas comissões de avaliação participará, obrigatoriamente, o chefe imediato do servidor, quando da avaliação do estágio probatório.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e IV.
B) II e III.
C) II e IV.
D) I, III e IV.
E) II, III e IV.

Questão 22

O Plano de Assistência Social, de que trata o Art. 30 da LOAS, é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) na perspectiva do SUAS. A elaboração do Plano de Assistência Social é de responsabilidade do órgão gestor da política que o submete à aprovação do conselho de assistência social. A estrutura do plano é composta por:

A) Levantamento de dados; objetivos gerais e específicos; diretrizes e prioridades deliberadas; ações e estratégias correspondentes para sua implementação; metas estabelecidas; resultados e impactos esperados; recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; mecanismos e fontes de financiamento; cobertura da rede prestadora de serviços.

B) Questionário diagnóstico; diretrizes e prioridades deliberadas; ações e estratégias correspondentes para sua implementação; objetivos gerais e específicos; metas estabelecidas; resultados e impactos esperados; recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; mecanismos e fontes de financiamento; cobertura da rede prestadora de serviços.

C) Diagnóstico socioterritorial; objetivos gerais e específicos; diretrizes e prioridades deliberadas; ações e estratégias correspondentes para sua implementação; metas estabelecidas; resultados e impactos esperados; recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; mecanismos e fontes de financiamento; cobertura da rede prestadora de serviços; mapeamento e relatório final.

D) Diagnóstico socioterritorial; objetivos gerais e específicos; diretrizes e prioridades deliberadas; ações e estratégias correspondentes para sua implementação; metas estabelecidas; resultados e impactos esperados; recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; mecanismos e fontes de financiamento; cobertura da rede prestadora de serviços; indicadores de monitoramento e avaliação; espaço temporal de execução.

E) Mapeamento socioterritorial; objetivos gerais e específicos; diretrizes e prioridades deliberadas; ações e estratégias correspondentes para sua implementação; metas estabelecidas; resultados e impactos esperados; recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; mecanismos e fontes de financiamento; cobertura da rede prestadora de serviços; indicadores de monitoramento e avaliação; espaço temporal de execução.

Questão 23

É notório o reconhecimento de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um instrumento de importante transformação na construção de uma nova concepção de criança e adolescente e de gestão das políticas voltadas para a infância e adolescência. Em relação às entidades que desenvolvem programas de internação, elas têm as seguintes obrigações:

A) Diferenciar no sentido de afastar os vínculos familiares; comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares.
B) Oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal; oferecer vestuário e alimentação suficientes de acordo com a disponibilidade da entidade.
C) Oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos; propiciar escolarização e profissionalização; propiciar atividades culturais, esportivas e de lazer; propiciar assistência religiosa de acordo a orientação da instituição.
D) Proceder a estudo social e pessoal de cada caso; reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de um ano, dando ciência dos resultados à autoridade competente; informar, periodicamente, o adolescente internado sobre sua situação processual.
E) Não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação; oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos; preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente.

Questão 24

O envelhecimento é algo inevitável e constante em nossas vidas. Sendo assim, como sociedade, precisamos de estrutura e organização para lidarmos com o gradual aumento de idade dos indivíduos. O Estatuto da Pessoa Idosa representa esse avanço trazendo concepções sobre garantias e direitos. O direito à liberdade exposto no Estatuto da Pessoa Idosa compreende os seguintes aspectos:

A) Praticar esportes e divertir-se; decidir sobre onde residir; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
B) Praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política de forma irrestrita.
C) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão quanto às decisões familiares.
D) Participar da vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação; direito de escolha em todas as circunstâncias em se tratando de tratamento médico.
E) Faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; opinião e expressão; crença e culto religioso; participar da vida política, na forma da lei; faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

Questão 25

As medidas de proteção à pessoa idosa são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Pessoa Idosa forem ameaçados ou violados. De acordo com Art. 45 do Estatuto da Pessoa Idosa, cabe ao Ministério Público ou Poder Judiciário toda vez que o cumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa seja violado determinar as seguintes medidas:

A) Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem; abrigo temporário; orientação, apoio e acompanhamento temporários; requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar.
B) Encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar.
C) Encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade; requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar; abrigo em casa de parentes ou conhecidos.
D) Encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade; requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar; abrigo em casa de parentes ou conhecidos; buscar família substituta.
E) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, à própria pessoa idosa ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação; propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem.

Questão 26

De acordo com a Lei Complementar nº 68 – Regime Jurídico dos Servidores do Estado de Rondônia, o servidor tem direito à licença, sendo concedido licença nos seguintes casos:

A) Por motivo de viagem a trabalho; por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; prêmio por assiduidade; para tratar de interesse particular; prêmio por assiduidade.
B) Por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; prêmio por assiduidade; para tratar de interesse particular; para casamento; para participar de cursos de especialização ou aperfeiçoamento.
C) Por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; por doença; para casamento; para o serviço militar; para atividade política; prêmio por assiduidade; para tratar de interesse particular; para desempenho de mandato classista; para participar de cursos de especialização ou aperfeiçoamento.
D) Por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; prêmio por assiduidade; para tratar de interesse particular; para desempenho de mandato classista; para participar de cursos de especialização ou aperfeiçoamento.
E) Por motivo de viagem a trabalho; por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; prêmio por assiduidade; para tratar de interesse particular; para desempenho de mandato classista; para participar de cursos de especialização ou aperfeiçoamento.

Questão 27

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS). São consideradas diretrizes estruturantes da gestão do SUAS, EXCETO:

A) Matricialidade sociofamiliar; territorialização; e, municipalização.
B) Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social.
C) Financiamento partilhado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
D) Descentralização político-administrativa e comando único das ações em cada esfera de governo.
E) Fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil; controle social; e, participação popular.

Questão 28

De acordo com Art. 11 da NOB SUAS 2012 serão pactuados pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) parâmetros para a consolidação da rede de serviços, de equipamentos, da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do funcionamento adequado dos conselhos de assistência social. Sobre as responsabilidades comuns à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, analise as afirmativas a seguir.

A) Garantir a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS; responder pela concessão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC) definido no Art. 203 da Constituição Federal.
B) Propor diretrizes para a prestação dos serviços socioassistenciais; atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência; assessorar e apoiar as entidades e organizações visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social às normas do SUAS.
C) Regular o acesso às seguranças de proteção social, conforme estabelecem a Política Nacional de Assistência Social (PNAS); implementar a gestão do trabalho e a educação permanente; instituir e garantir capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social.
D) Decidir sobre a concessão e renovação da certificação de entidade beneficente de assistência social no âmbito da assistência social; promover a articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas; desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social.
E) Elaborar o Pacto de Aprimoramento do SUAS; estabelecer prioridades e metas visando à prevenção e ao enfrentamento da pobreza, da desigualdade, das vulnerabilidades e dos riscos sociais; estimular a mobilização e a organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social.

Questão 29

O Pacto de Aprimoramento do SUAS firmado entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é o instrumento pelo qual se materializam as metas e as prioridades nacionais no âmbito do SUAS. O Pacto de Aprimoramento do SUAS compreende, EXCETO:

A) Definição de níveis de gestão.
B) Elaboração de normas e instrumentos.
C) Adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação.
D) Fixação de prioridades e metas de aprimoramento da gestão.
E) Planejamento para o alcance de metas de aprimoramento da gestão.

Questão 30

De acordo com a Lei Complementar nº 68 – Regime Jurídico dos Servidores do Estado de Rondônia, Art. 9º, "o provimento de cargo público far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder, do Ministério Público e do Tribunal de Contas", sendo consideradas como formas de provimento de cargo público:

A) Convocação; readaptação; reintegração; nomeação; remoção; recondução; e, promoção.
B) Convocação; nomeação; remoção; reintegração; aproveitamento; reintegração; e, recondução.
C) Nomeação; promoção; reavaliação; reintegração; recondução; convocação; e, aproveitamento.
D) Nomeação; convocação; promoção; readaptação; reintegração; aproveitamento, e, recondução.
E) Nomeação; promoção; readaptação; reintegração; aproveitamento; reintegração; e, recondução.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 31

Sobre crescimento econômico, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Ideias muito valiosas, do ponto de vista social, não chegam a ser geradas se os benefícios privados e sociais se distanciarem demais.
B) Patentes e direitos autorais são mecanismos legais que tentam aproximar os benefícios privados das invenções de seus benefícios públicos.
C) O incentivo para a geração de novas ideias não depende dos lucros que o inventor pode esperar auferir, mas dos benefícios sociais assegurados pela ideia.
D) A razão pela qual um inventor se dispõe a assumir os altos custos fixos da geração de uma ideia é porque espera poder cobrar um preço superior ao custo marginal e, assim, auferir lucro.
E) Uma das principais contribuições das novas teorias de crescimento econômico foi destacar que as ideias são muito diferentes de outros bens econômicos. As ideias, uma vez inventadas, são não-rivais, o que significa que podem ser usadas por uma ou por milhares de pessoas sem custo adicional.

Questão 32

Sobre Teoria da Firma, no que tange aos aspectos do comportamento dos administradores e custo de agência, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Para assegurar que o agente tomará decisões de nível ótimo do ponto de vista do principal, a relação de agência deve ser mantida a um custo zero.
B) Entende-se como custos de agência a soma das despesas de monitoramento por parte do principal; das despesas com a concessão de garantias contratuais por parte do agente e do custo residual.
C) Em uma relação de agência, o principal pode limitar as divergências referentes aos seus interesses por meio da aplicação de incentivos adequados para o agente, incorrendo em custos de monitoramento para limitar as atividades irregulares do agente.
D) Na maioria das relações de agência, o principal e o agente incorrerão em custos positivos de monitoramento e de concessão de garantias contratuais (tanto não pecuniários quanto pecuniários) e, além disso, haverá algum nível de divergência entre as decisões do agente e as decisões que maximizariam o bem-estar do principal.
E) Define-se uma relação de agência como um contrato sob o qual uma pessoa (principal) emprega uma outra pessoa (agente) para executar em seu nome um serviço que implique a delegação de algum poder de decisão ao agente. Se ambas as partes da relação forem maximizadoras de utilidade, o agente nem sempre agirá de acordo com os interesses do principal.

Questão 33

Maurício, Paulo e Giovani irão sair para um programa entre amigos, levando cada um R$ 400,00; R$ 800,00; e, R$ 1.200,00, respectivamente. Em termos relativos, quanto Giovani tem a mais que Paulo?

A) 2
B) 3
C) 1,5
D) 0,33
E) 0,67

Questão 34

Sobre a Curva de *Philips*, expectativas racionais e expectativas adaptativas, assinale a afirmativa correta.

A) Quando as expectativas são formadas racionalmente, a política monetária sempre será incapaz de afetar o produto agregado.
B) Os agentes econômicos jamais cometerão erros em suas previsões se considerarem que as expectativas são formadas racionalmente.
C) Quanto mais indexada uma economia, menores serão os custos, em termos de produto e emprego, de uma política monetária como instrumento de combate à inflação.
D) Em um contexto de expectativas adaptativas, se o Produto Interno Bruto Real ficar acima do Produto Interno Bruto Potencial permanentemente, a taxa de inflação subirá ilimitadamente.
E) Quando as expectativas são formadas adaptativamente, os agentes econômicos não usam de forma eficiente o conjunto de informações disponíveis, já que se limitam a considerar realizações passadas das variáveis na previsão de seus valores futuros.

Questão 35

Sobre projetos sociais, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Os termos projeto, programa e plano designam modalidades de intervenção social que diferem em escopo e duração.
( ) O projeto é a unidade mínima de destinação de recursos que, por meio de um conjunto integrado de atividades, pretende transformar uma parcela da realidade, suprindo uma carência ou alterando uma situação-problema.
( ) O conjunto de projetos que visam aos mesmos objetivos é denominado programa e estabelece as prioridades da intervenção, identifica e ordena os projetos, define o âmbito institucional e aloca os recursos a serem utilizados.
( ) O plano é a soma dos programas que procuram objetivos comuns, ordena os objetivos gerais e os desagrega em objetivos específicos, que constituirão, por sua vez, os objetivos gerais dos programas.
( ) O plano determina o modelo de alocação de recursos resultante da decisão política e dispõe as ações programáticas em uma sequência temporal de acordo com a racionalidade técnica das mesmas e as prioridades de atendimento.

A sequência está correta em

A) F, F, F, F, F.
B) F, V, F, V, F.
C) F, V, V, F, V.
D) V, F, F, V, V.
E) V, V, V, V, V.

Questão 36

Sobre Agregados Macroeconômicos e Contabilidade Nacional, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) O Sistema de Contabilidade Social de um país tem por objetivo apresentar as medidas de desempenho macroeconômico num determinado período.
B) Produto agregado é o somatório de todos os bens e serviços transacionados na economia, independentemente se foram produzidos em épocas anteriores ao período a ser considerado para o levantamento das transações.
C) Entende-se por renda agregada a remuneração dos fatores de produção na economia: remuneração do fator trabalho; remuneração do capital monetário; remuneração do risco incorrido pelo empresário; e, remuneração ao proprietário pelo capital físico.
D) O governo está presente em inúmeras atividades da economia, seja ofertando e consumindo bens e serviços, seja regulamentando mercados. Assim, o governo deve, dentre suas funções, prover bens públicos com os recursos provenientes da arrecadação de tributos e contribuições sociais.
E) Em economia, o termo crescimento nem sempre está associado a desenvolvimento econômico, pois este último está relacionado à elevação da qualidade de vida dos residentes no país. Assim, os parâmetros fornecidos pela contabilidade nacional não podem ser tomados isoladamente ao se comparar níveis de bem-estar social entre diferentes países.

Questão 37

Sobre economia monetária, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) O multiplicador monetário aumenta quando aumenta a razão papel-moeda em poder do público dividido pelo volume de depósitos à vista do público nos bancos comerciais.

( ) O agregado monetário básico, do qual decorrem todos os demais agregados monetários, denomina-se base monetária. Este agregado inclui o papel-moeda emitido pelo governo em poder do público e o volume de reservas mantidos pelos bancos comerciais.

( ) Em épocas de elevadas taxas de inflação, o grau de monetização da economia diminui, pois a coletividade, para defender-se da perda do poder aquisitivo da moeda, procura aplicar seus recursos nas instituições financeiras e obter rendimentos, retendo menos moeda ou mantendo dinheiro em contas correntes (depósitos à vista).

( ) O saldo do papel-moeda em circulação na economia será sempre igual ao saldo do papel-moeda emitido.

A sequência está correta em

A) F, F, F, F.
B) F, V, F, V.
C) F, V, V, F.
D) V, F, F, V.
E) V, V, V, V.

Questão 38

Com base no Modelo *keynesiano* e seus desdobramentos: IS-LM; *Mundell-Fleming* (IS-LM-BP); Teoria *Keynesiana* da taxa de juros, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) De acordo com a estrutura do Modelo IS-LM, o mercado de ativos, representado pela oferta e pela demanda de moeda, determina a taxa de juros da economia.
B) O Modelo IS-LM considera a política monetária (oferta de moeda); a política fiscal (impostos e gastos públicos); e, o nível de preços (que é considerado constante) como variáveis exógenas.
C) O Modelo IS-LM é um modelo de equações simultâneas. Nele tem-se a determinação simultânea da taxa de juros e da renda que equilibram o mercado de bens e o mercado de ativos.
D) No Modelo *Keynesiano* Simples, o investimento é considerado uma variável exógena. No Modelo IS-LM, em virtude da introdução da taxa de juros, o investimento passa a ser definido endogenamente, conforme oscilação da taxa de juros.
E) O Modelo IS-LM, também conhecido como Análise *Hicks-Hansen*, demonstra a interligação entre o Lado Real da economia (IS) e o Lado Monetário da economia (LM). Apesar de agregar o mercado de ativos e a determinação da taxa de juros à análise econômica, este modelo não é capaz de esclarecer como a taxa de juros influi na determinação da renda.

Questão 39

Nos últimos anos, pesquisas têm buscado fundamentar, em termos microeconômicos, a existência de ciclos econômicos a partir de um referencial denominado novo *keynesiano*, que incorpora imperfeições de mercado e rigidez de preços. Sobre os fatores explicativos desse referencial, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Os sindicatos negociam em favor da classe trabalhadora como um todo.
B) Os trabalhadores são avessos a riscos e têm medo de amplas flutuações no nível de renda.
C) A existência de rigidez salarial decorre do custo da empresa em avaliar o esforço e a produtividade dos trabalhadores isoladamente.
D) A existência de contratos de trabalho de prazo longo faz com que os salários não convirjam rapidamente para equilibrar o mercado de trabalho.
E) Alterações nos custos nominais envolvem custos para as empresas devido a relações produtor-cliente, custos de remarcação etc. Com isso, mesmo em situações de excesso de demanda, as empresas podem relutar a elevar os preços.

Questão 40

Muitos são os debates sobre a atuação do governo na economia. Sucessivos *deficits* fiscais e endividamento público podem impor restrições a essa atuação. Considerando o exposto, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) *Deficit* público é a diferença entre o investimento público e a poupança do governo em conta corrente.
B) Uma importante categoria de gastos denomina-se investimento público, que representa, além dos investimentos financeiros, as despesas correntes do governo com a manutenção dos serviços públicos.
C) O tamanho do *deficit* público dá a participação do governo na atividade econômica em termos de complementação da demanda privada. Quando há um *superavit* público, pode-se afirmar que o governo está com uma política fiscal contracionista.
D) Entende-se por carga tributária bruta o total de tributos arrecadados no país. Ao subtrair deste total as transferências governamentais (juros da dívida pública, subsídios e gastos com assistência e previdência social) chega-se ao conceito de carga tributária líquida.
E) No Brasil, a dificuldade na definição de *deficit* público e de dívida pública diz respeito à definição de setor público. Na Contabilidade Nacional, consideram-se como governo apenas a administração pública direta e os órgãos que realizam funções típicas de governo, cuja receita advém de dotações orçamentárias.

Questão 41

Considerando bens públicos, o edifício em que funciona a sede da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS/RO, classifica-se como bem público

A) patrimonial, porque é vinculado à Secretaria.
B) dominial, porque pertence ao domínio do Estado.
C) de uso comum do povo, porque é aberto ao público.
D) dominical, porque é anterior à Constituição de 1988.
E) de uso especial, porque é afetado à prestação de um serviço público.

Questão 42

Observado o texto da Constituição Federal, analise a afirmativa a seguir:

"Nos termos da lei, é assegurado o direito à proteção dos dados pessoais, _____ nos meios digitais."

Para manter o sentido constitucional, o termo conectivo que completa a lacuna na afirmativa deve traduzir a ideia de:

A) Inclusão.
B) Exclusão.
C) Conclusão.
D) Explicação.
E) Conformidade.

Questão 43

Considerando o texto da Constituição Federal, analise a afirmativa a seguir:

"Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, _____ estes não estejam a serviço de seu país, são brasileiros natos."

Para manter o sentido constitucional, o termo conectivo que completa a lacuna na afirmativa será uma conjunção ou locução:

A) Causal.
B) Temporal.
C) Concessiva.
D) Condicional.
E) Consecutiva.

Questão 44

Assinale, a seguir, o princípio aplicável à administração pública que está corretamente relacionado à definição apresentada.

A) O princípio da legalidade pode ser definido como o dever de o administrador público agir com ética, probidade e boa-fé, zelando pela moralidade administrativa.
B) O princípio da eficiência pode ser definido como a adequação entre meios e fins que deve ser considerada no controle dos atos discricionários da administração pública.
C) O princípio da proteção à confiança pode ser definido como a indisponibilidade do interesse público que impede a administração pública de celebrar acordos com o particular.
D) O princípio da transparência pode ser definido como a faculdade de dar publicidade aos atos da administração, conforme critérios de conveniência e oportunidade de gestor público.
E) O princípio da motivação pode ser definido como a obrigação de a administração pública explicitar as razões de fato e de direito que determinaram a prática do ato administrativo ou a tomada de decisão.

Questão 45

À luz do texto da Constituição Federal, analise a afirmativa a seguir:

"Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa _____ em virtude de lei."

Para manter o sentido constitucional, o termo conectivo que completa a lacuna na afirmativa será uma conjunção ou locução:

A) Aditiva.
B) Inclusiva.
C) Explicativa.
D) Conclusiva.
E) Adversativa.

Questão 46

Considerando noções de direito constitucional e de direito administrativo, assinale a afirmativa em que o conectivo "portanto" completa o sentido lógico da afirmação, em conformidade com o texto da Constituição Federal:

A) "A Constituição proíbe a acumulação de cargo públicos, _____, é vedado o exercício de dois cargos de professor na rede pública de ensino."
B) "As funções de confiança destinam-se à direção, chefia e assessoramento, _____, serão preenchidas por servidores efetivos nos casos e condições estabelecidos em lei."
C) "A estabilidade no cargo público é adquirida após três anos de efetivo exercício, _____, o servidor só pode ser exonerado no período de trinta e seis meses contados da posse."
D) "Os cargos, empregos e funções são acessíveis aos brasileiros, _____, o estrangeiro não pode ocupar vínculo efetivo na Administração Pública municipal, estadual ou federal."
E) "A publicidade deve ter caráter educativo informativo ou de orientação social, _____, é vedado o uso de símbolos que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidor público."

Questão 47

À luz das normas sobre orçamento, previstas na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

A) A criação de fundo público é obrigatória sempre que seus objetivos possam ser alcançados mediante vinculação de receitas orçamentárias.
B) É garantida a realização de despesas e a assunção de obrigações diretas quando excederem os créditos orçamentários em até trinta por cento.
C) Quando a relação entre despesas e receitas correntes superar setenta por cento, os entes federativos deverão adotar medidas de ajuste fiscal.
D) É vedada, em qualquer hipótese, a vinculação de receitas para pagamento de débitos com a União ou para prestar-lhe garantia ou contragarantia.
E) O projeto de lei orçamentária deve vir acompanhado, dentre outros, de demonstrativo regionalizado do efeito de isenções sobre as receitas e despesas.

Questão 48

Sobre noções de administração financeira e orçamentária, quanto ao plano plurianual, assinale a afirmativa correta.

A) Cada município elabora seu plano que é consolidado no plano plurianual estadual.
B) Tem duração de quatro anos, não coincidentes com o mandato do governador do estado.
C) É elaborado pelos deputados estaduais e apresentado ao Poder Executivo no início do mandato.
D) É elaborado pelos deputados estaduais e apresentado ao governador no segundo ano de mandato.
E) Será elaborado um plano para cada secretaria de governo, no modelo de planejamento descentralizado.

Questão 49

A Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS/RO integra a estrutura do estado de Rondônia e se subdivide, internamente, em diversas diretorias e gerências. Quanto aos conceitos de desconcentração e descentralização, assinale a afirmativa correta.

A) Tanto a SEAS/RO quanto suas diretorias e gerências são exemplos do modelo de desconcentração da organização administrativa do Ente Federativo a que integram.
B) A desconcentração, enquanto modelo organizacional de administração, coincide com o modelo de descentralização, já que os órgãos internos têm personalidade jurídica.
C) O modelo de desconcentração administrativa distingue-se do modelo de descentralização, dentre outros fatores, porque, naquele, há extinção de órgãos e, neste, criação.
D) Embora a SEAS/RO seja modelo de descentralização política, suas diretorias e gerências internas demonstram, claramente, um modelo de desconcentração organizacional.
E) A desconcentração, enquanto modelo organizacional de administração, opõe-se ao modelo de descentralização, já que uma entidade administrativa não se divide em órgãos internos.

Questão 50

Sobre noções de administração financeira e orçamentária no âmbito federal, analise a afirmativa a seguir:

"A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração do plano plurianual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento."

Quanto à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a afirmativa está:

A) Correta, pois a LDO está assim prevista na Constituição Federal.
B) Incorreta, pois a LDO orienta a elaboração da lei orçamentária anual.
C) Incorreta, pois a LDO não dispõe sobre alterações na legislação tributária.
D) Incorreta, pois a LDO não trata da política de aplicação das agências de fomento.
E) Incorreta, pois a LDO compreende as diretrizes e não as metas e prioridades da administração.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de uma redação do tipo dissertativo sobre tema da atualidade que será avaliado na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.
- A resposta à Prova Discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas. Sob pena de perda de 1,0 (um) ponto a cada linha abaixo do limite mínimo exigido. As linhas que excederem o limite máximo serão desconsideradas para fins de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrever em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado (...), bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	**21 pontos**
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	**9 pontos**
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OS ERROS TEXTUAIS OBEDECERÃO AOS CRITÉRIOS A SEGUIR:	
Número de erros	Pontuação
Nenhum	9,00
De 1 a 5	8,40
De 6 a 10	7,80
De 11 a 15	7,20
De 16 a 20	6,60
De 21 a 25	6,00
De 26 a 30	5,40
De 31 a 35	4,80
De 36 a 40	4,20
De 41 a 45	3,60
De 46 a 50	3,00
De 51 a 55	2,40
De 56 a 60	1,80
De 61 a 65	1,20
De 66 a 70	0,60
Acima de 70	0,00
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos. **2.** O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Texto I

Rondônia discute aplicação da escuta especializada para atender crianças e adolescentes em situação de violência

A aplicação da escuta especializada no atendimento da rede de proteção à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de uma situação de violência, com base na Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, regulamentada pelo Decreto n° 9.603, de 10 de dezembro de 2018, é o foco do Encontro que o Governo do Estado realiza durante dois dias, por meio da Secretaria da Assistência e do Desenvolvimento Social – Seas, no Hotel L' Acordes, em Porto Velho, com a participação de cerca de 200 agentes que integram o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente em Rondônia. O Encontro segue até o final da tarde desta quinta-feira (8).

Para a coordenadora-geral de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos, vinculada ao Ministério da Cidadania, Márcia Pádua Viana, que abriu o Encontro com a palestra magna: "Os Parâmetros de Atuação da Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social – Suas", o diálogo e a troca de experiências, além da assistência social, ou seja, envolvendo agentes de forma intersetorial, é importante e desafiador para que a proteção seja efetiva e não revitimizante. Segundo ela, o público mais afetado pela violência física ou abandono, são as crianças de 0 a 6 anos.

(Disponível em: https://rondonia.ro.gov.br/rondonia-discute-aplicacao-da-escuta-especializada-para-atender-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia/.)

Texto II

Num contexto de redemocratização, a CF/1988 inaugura uma nova era de garantia de direitos individuais, sociais e coletivos, dentre eles o direito à infância como um direito social pelo seu Art. 6º, destinando ao art. 227 a tutela da infância e juventude, agora vista como responsabilidade solidária pelo princípio da proteção integral, senão vejamos.

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(Lorena de Borba Pacheco. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/71339/medidas-de-protecao-a-crianca-e-ao-adolescente-avancos-e-desafios-a-sua-concretizacao.)

Texto III

Adolescentes e jovens brasileiros estão mais otimistas quanto ao futuro do que os adultos, e querem ser parte da construção do futuro

"Não faltam motivos para o pessimismo no mundo de hoje: mudança climática, pandemia, pobreza e desigualdade, aumento da desconfiança e crescimento do nacionalismo. Mas aqui está um motivo para otimismo: adolescentes e jovens se recusam a ver o mundo através das lentes sombrias dos adultos", afirma a diretora executiva do UNICEF, Henrietta Fore. "Em comparação com as gerações mais velhas, adolescentes e jovens do mundo permanecem esperançosos, com uma mentalidade muito mais global e determinados a tornar o mundo um lugar melhor. Eles se preocupam com o futuro, mas se veem como parte da solução."

(Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/adolescentes-e-jovens-brasileiros-estao-mais-otimistas-quanto-ao-futuro-do-que-os-adultos/.)

Texto IV

(Disponível em: https://www.inesc.org.br/o-estatuto-e-um-so-as-infancias-sao-muitas/.)

Considerando os textos apresentados, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

"Criança e do adolescente: medidas protetivas e integradoras para garantias presentes e futuras".

PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

INSTRUÇÕES

O uso de máscara durante a realização da prova é facultativo. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com a respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, palmtop, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.

3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.

4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos e 1 (uma) prova discursiva na forma de desenvolvimento de uma redação do tipo dissertativo sobre tema da atualidade.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.

6. As provas terão duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos) horas para todas as funções. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva).

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A a E) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva) devidamente assinado em local específico.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) ou em qualquer outro meio.

10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente decorridas 90 (minutos) horas do início de realização das provas; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.

11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise feita pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 15h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento dos dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.